

Sumário

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	9
PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	13
NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO	15
1. SEGURANÇA PÚBLICA	23
1.1. Direito à segurança pública	23
1.2. Polícia administrativa	24
1.3. Polícia judiciária	28
1.4. Forças armadas como polícia de segurança pública subsidiária	30
1.5. Corporações não policiais que integram ou auxiliam a segurança pública	32
1.6. Política nacional de segurança pública e defesa social	34
2. INQUÉRITO POLICIAL: UMA INTRODUÇÃO	37
2.1. Investigação, investigação criminal e investigação policial	37
2.2. Conceito e funções do inquérito policial	39
2.3. Características do inquérito policial	40
2.4. Profissionais que lidam com o inquérito e suas atribuições	50
2.4.1. Delegado de polícia	50
2.4.2. Agentes da autoridade policial	53
2.4.2.1. Escrivão de polícia	54
2.4.2.2. Agente de polícia (investigador)	54
2.4.2.3. Oficial investigador de polícia	55
2.4.3. Peritos criminais	56
2.4.4. Instituições jurídico-processuais	58
2.4.4.1. Membros do Ministério Público	58
2.4.4.2. Membros da Magistratura	59
2.4.4.3. Advogados e Defensores Públicos	62

3. INQUÉRITO POLICIAL: PROCEDIMENTO	67
3.1. Notícia do crime	67
3.1.1. Verificação Preliminar de Informações (VPI)	68
3.2. Imunidade material	72
3.3. Identificação da atribuição investigativa pela competência	74
3.3.1. Justiça especial ou comum?	75
3.3.2. Justiça Militar e polícia judiciária militar	75
3.3.2.1. Crimes militares em tempo de paz	77
3.3.2.2. Crimes militares em tempo de guerra	83
3.3.3. Justiça Eleitoral e Polícia Federal/Civil	84
3.3.4. Justiça Federal/Estadual e Polícia Federal/Civil	85
3.3.5. Foro por prerrogativa de função	96
3.3.5.1. Investigação policial de autoridades com prerrogativa de foro	99
3.3.6. Competência territorial e circunscrição policial	100
3.4. Procedimentalização do inquérito policial	103
3.4.1. Art. 6º do Código de Processo Penal: diligências	103
3.4.2. Local de crime, exame de corpo de delito e apreensão de objetos	103
3.4.3. Boletim de ocorrência	107
3.4.3.1. Desaparecimento de pessoas (Lei 13.812/2019)	108
3.4.4. Mediação e conciliação	110
3.4.5. Requerimento e representação para investigação de crimes de ação privada e pública condicionada	114
3.4.6. Requisição de instauração de investigação	119
3.4.7. Peça inaugural do inquérito policial instaurado	121
3.4.8. Incidente de insanidade mental	122
3.4.9. Colheita de provas e requisições da autoridade policial	123
3.4.9.1. Requisição de informações, documentos e dados	124
3.4.9.2. Requisição de perícias	125
3.4.10. Comunicação, chamamento ao inquérito e cooperação fora da circunscrição	134
3.4.10.1. Intimação	134
3.4.10.2. Condução coercitiva	135
3.4.10.3. Carta precatória	137

3.4.11. Inquirições.....	138
3.4.11.1. Declarações.....	140
3.4.11.2. Depoimento.....	141
3.4.11.3. Regimes especiais para inquirições de vítimas e testemunhas.....	144
3.4.11.3.1. Proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.....	144
3.4.11.3.2. Escuta especializada e depoimento especial de criança e adolescente vítima ou testemunha de violência.....	147
3.4.11.3.3. Inquirição da mulher vítima e testemunha em casos de violência doméstica ou familiar ..	151
3.4.11.4. Interrogatório.....	153
3.4.11.5. Colaboração premiada.....	156
3.4.12. Reconhecimento de pessoas e objetos e acareação.....	161
3.4.13. Identificação datiloscópica e folha de antecedentes criminais...	167
3.4.14. Vida pregressa.....	172
3.4.15. Reprodução simulada de crimes.....	172
3.5. Conclusão do inquérito.....	173
3.5.1. Prazo de conclusão.....	173
3.5.2. Relatório.....	176
3.5.3. Indiciamento.....	178
3.5.4. Remessa.....	180
3.5.5. Requisições ministeriais (cotas).....	181
3.5.6. Arquivamento das investigações.....	182
3.5.7. Inconstitucionalidade dos parágrafos 3º e 4º do art. 3º-C do CPP.....	184
4. MEDIDAS CAUTELARES E DE URGÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO POLICIAL.....	187
4.1. Medidas cautelares pessoais.....	188
4.1.1. Medidas cautelares alternativas à prisão.....	190
4.2. Medidas cautelares probatórias.....	193
4.2.1. Busca e apreensão domiciliar.....	193
4.2.1.1. Busca e apreensão domiciliar e abuso de autoridade ..	198
4.2.1.2. Restituição das coisas apreendidas.....	200
4.2.2. Captação das comunicações e dados telefônicos e telemáticos...	201

4.2.2.1. Afastamento cautelar do sigilo telefônico e telemático ...	201
4.2.2.2. Procedimentalização da interceptação	204
4.2.3. Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos	206
4.2.4. Afastamento do sigilo epistolar	208
4.2.5. Afastamento dos sigilos financeiro e fiscal.....	209
4.2.6. Infiltração de policiais em atividade de investigação	212
4.2.7. Ação controlada	215
4.3. Medidas cautelares assecuratórias	216
4.3.1. Sequestro	217
4.3.2. Medidas assecuratórias do Marco Legal do Combate ao Crime Organizado	219
4.3.2.1. Arresto.....	220
4.3.2.2. Outras medidas assecuratórias	221
4.3.3. Utilização de bem sequestrado, apreendido ou sujeito a qualquer medida assecuratória	222
4.4. Medidas protetivas de urgência em casos de violência doméstica ou familiar	223
4.4.1. Para proteção da vítima mulher.....	223
4.4.2. Para proteção da vítima criança ou adolescente.....	227
4.4.3. Para proteção das vítimas de crimes contra a dignidade sexual e em situação de vulnerabilidade	230
4.5. Cautelares e outras medidas de urgência "não jurisdicionais"	230
4.5.1. Fiança policial.....	231
4.5.1.1. Quando o delegado deve conceder fiança.....	231
4.5.1.2. Quando o delegado não deve conceder fiança	232
4.5.1.3. Cálculo da fiança	234
4.5.1.4. Procedimentalização.....	235
4.5.2. Busca pessoal.....	236
4.5.3. Afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.....	240
4.5.4. Monitoração eletrônica	242
5. PRISÕES	247
5.1. Imunidades formais relativas à prisão	247
5.2. Prisão em flagrante delito	253

5.2.1.	Hipóteses de flagrante delito.....	253
5.2.2.	Fases da prisão em flagrante	255
5.2.2.1.	Primeira fase: captura	256
5.2.2.2.	Segunda fase: apresentação ao delegado	257
5.2.2.2.1.	Análise dos elementos constitutivos do delito pelo delegado em sede de flagrante	261
5.2.2.2.2.	Apresentação espontânea	264
5.2.2.3.	Terceira fase: decretação da detenção e lavratura do auto de prisão em flagrante delito.....	265
5.3.	Prisões provisórias por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária.....	269
5.3.1.	Prisão preventiva	269
5.3.2.	Prisão temporária	275
5.3.3.	Cumprimento dos mandados de prisão.....	280
5.4.	Emprego da força.....	283
5.5.	Audiência de custódia	288
5.6.	Prisão especial	293
6.	TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA.....	301
6.1.	Juizados especiais criminais e crimes de menor potencial ofensivo	301
6.2.	Delimitação conceitual do termo circunstanciado de ocorrência e a polêmica envolvendo a autoridade responsável por lavrá-lo	304
6.3.	Procedimentalização.....	307
6.4.	Procedimento administrativo em caso de apreensão de maconha para uso pessoal	312
7.	PROCEDIMENTOS POLICIAIS PARA O ATO INFRACIONAL	317
7.1.	Responsabilidade pelo ato infracional.....	317
7.2.	Apreensão em flagrante por ato infracional.....	318
7.2.1.	Auto de apreensão em flagrante delito	320
7.2.2.	Boletim de ocorrência circunstanciado	321
7.2.3.	Manter apreendido ou liberar o adolescente?	322
7.2.4.	Apresentação do apreendido ao ministério público.....	325
7.3.	Auto de investigação de ato infracional	326
7.3.1.	Sigilosidade dos atos policiais	327
7.4.	Apreensão por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária	327

8. ATRIBUIÇÕES CÍVEIS DO DELEGADO DE POLÍCIA	333
8.1. Declaração supletiva de óbito	333
8.2. Recebimento de coisa alheia perdida.....	334
8.3. Arrecadação e arrolamento de bens da herança jacente	335
8.4. Cumprimento de mandados de prisão cíveis.....	336
BIBLIOGRAFIA.....	341